

FUNDAMENTOS DA RELAÇÃO TRABALHO E EDUCAÇÃO¹

Prof. Oder José dos Santos²

RESUMO

O tema dos fundamentos da relação trabalho e educação é examinado, neste artigo, à luz dos ensinamentos de Engels, basicamente no prefácio de O Capital, Livro Segundo, quando se refere às polêmicas travadas com vários críticos que negavam a novidade epistemológica da obra de Marx – a resignificação do conceito de mais-valia. Engels mostra-nos que Marx analisa a questão do trabalho em direção oposta a de seus predecessores: *"onde estes haviam visto uma solução, ele viu apenas um problema"*. Aborda agora um novo problema que exige nova solução. Eis, pois, a *"chave para o entendimento de toda a produção capitalista"* – compreender, de fato, o reexame da categoria da mais-valia. Para tal, necessário se faz saber o que era valor. Neste quadro, o autor conclui que a análise da educação deve ser feita no interior das condições gerais de produção, aliás constitui mesmo uma dessas condições. Referindo-se às condições gerais da produção e da reprodução da força de trabalho, condições essas decisivas para que existam trabalhadores.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho, Trabalho e Educação e Marx e Educação

ABSTRACT

In this article it is made an examination of the basis themes in the relationship between work and education in the light of Engels' teachings, basically in The Capital's second book foreword when it refers to the polemics faced by many critics who deny the epistemological novelty of Marx's work – the resignification of the concept of "Surplus value". Engels shows us that MARX analyzes the Work in a opposite direction from his predecessors: "where they have saw a solution, he saw just a problem". Undertake then a new problem: which requires a new solution. That is, therefore, the "key to the understanding of all capitalist production" – comprehend, in fact, the reexamination of more value category. For that, it was necessary to define value. In this frame, the author concludes that the analysis of education could be done inside the general conditions of production (GCP), in fact, it contitute itself one of these conditions. Refeering to the GCP and the reproduction os labor force, which are decisive for the existence of Workers.

KEY-WORDS: Work, Labor and Education, Marx and Education

¹ Texto apresentado no I Simpósio Trabalho e Educação, realizado pelo NETE/FAE/UFMG em junho de 2001.

² Professor Titular aposentado da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Diferentes visões têm orientado a análise das relações entre trabalho e educação. Mas o que significa trabalho? E educação?

Segundo Saviani “*O ato de agir sobre a natureza, adaptando-a às necessidades humanas, é o que conhecemos pelo nome de trabalho*”.³

Inferimos dessa definição, a necessidade de os homens, coletivamente, produzirem sua existência mediante o trabalho e, nesse processo educarem a si próprios bem como, as novas gerações. Nesse sentido, educação se confunde com a origem do próprio homem.

Tais definições, no nosso ponto de vista, são genéricas porque não contemplam as situações em que se concretizam o trabalho e a educação.

Assim sendo, o tema em pauta será examinado à luz dos ensinamentos de Engels, basicamente no prefácio de *O Capital*, Livro Segundo, quando se refere às polêmicas travadas com vários críticos que negavam a novidade epistemológica da obra de Marx – a resignificação do conceito de mais-valia. Engels mostra-nos que Marx analisa a questão do trabalho em direção oposta a de seus predecessores: “*onde estes haviam visto uma solução, ele viu apenas um problema*”. Aborda agora um novo problema que exige nova solução. Eis, pois, a “*chave para o entendimento de toda a produção capitalista*” – compreender, de fato, o reexame da categoria da mais-valia. Para tal, necessário se faz saber o que era valor.

Com efeito, Marx “examinou, portanto, o trabalho em sua qualidade de gerador de valor e estabeleceu, pela primeira vez, qual trabalho, por que e como ele constitui valor e que valor em geral nada mais é que trabalho cristalizado desse modo”.⁴

Ora, conceber o valor de um produto como o tempo de trabalho nele incorporado – na verdade, tempo mínimo socialmente estabelecido – tempo é o elemento que devemos sublinhar nessa concepção, pois o trabalho deve ser compreendido enquanto atividade que exige duração, enquanto processo, enfim, destaque-se aí a práxis do trabalho. Essa distinção é fundamental porque ela se distingue de outras perspectivas, mesmo no interior do campo marxista. Segundo Engels, no prefácio aludido anteriormente, Marx, ao investigar a compra e venda da força de trabalho, teve possibilidade de afirmar que “*Ao colocar aí a força de trabalho, a propriedade geradora de*

³ Saviani, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: Ferretti, Celso (org.). *Tecnologias, Trabalho e Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

⁴ Engels F. Prefácio Livro Segundo de *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1984, pg 15.

*valor, no lugar do trabalho, resolveu de um só golpe uma das dificuldades em que havia soçobrado a escola ricardiana (...)*⁵

Na verdade, o próprio termo **força de trabalho** expressa o tempo de trabalho como ação, uma ação em processo. Não resultado de uma ação, ou resultante da natureza ou da tecnologia. Assim, diferentes autores, incapazes de perceber aquela distinção, não conseguem conceber a ação dos trabalhadores na produção enquanto força de trabalho, mas, apenas, como trabalho naturalizado enquanto mercadoria e reduzido a um dos fatores da produção. Desse modo, o processo de produção é visto como uma combinação tecnológica de fatores produtivos. A atividade humana não é encarada enquanto práxis, enquanto processo de ação humana. O único aspecto a ser considerado, sob esse ponto de vista, são os frutos das atividades que se objetivam em mercadorias.

Vale ressaltar: de um lado, o processo de trabalho; de outro, o produto, a consequência, a encarnação. Kosik nos diz: “O que no processo de trabalho se manifestou como progressão temporal aparece pelo contrário no produto do trabalho como condensação, anulação da progressão temporal, repouso e duração”.⁶

Nesse sentido, sobre uma mesma realidade, duas práticas sociais distintas se expressam em dois campos distintos. De um lado, o campo da prática dos trabalhadores, o da produção de mais-valia; de outro, o dos capitalistas, o da apropriação/realização da mais-valia. Melhor dizendo: a vida econômica começa para o capitalista onde acaba para os trabalhadores. Isso ocorre porque os trabalhadores não participam dos processos de apropriação/realização e distribuição da mais-valia; nem sequer acompanham as fases da vida dos produtos. Entretanto, para os capitalistas, a mais-valia não realizada é um zero econômico. Por conseguinte, o campo prático dos trabalhadores é o da produção; o dos capitalistas é o da circulação.

Assim compreendida a distinção entre práticas sociais dos trabalhadores e práticas sociais dos capitalistas, devemos lembrar, ainda, que a produção do conceito de força de trabalho e a distinção entre a força de trabalho enquanto práxis e o trabalho como incorporação no produto da ação da força de trabalho constitui um dos aspectos centrais da explicação marxista da exploração.

⁵ Engels, F – op. Cit.

⁶ Kosik, Karel. Dialética do Concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, 6ª ed.

No modo de produção capitalista a exploração não deve ser vista como injustiça, o que pressuporia a existência transcendente de uma sociedade ideal, apresentada como ponto de referência. Diferentemente dos modos de produção anteriores nos quais a exploração significava menos retribuição, localizando-se, portanto, no campo da circulação e da distribuição, no capitalismo, o conceito de exploração deve ser visto como uma cisão no próprio processo produtivo. Não se trata de um pagamento a menos, mas de uma produção a mais. É a exploração do homem pelo homem e não de um fator de produção por outro; trata-se de relações sociais e não de processos técnicos de produção. Melhor explicando: o mecanismo da exploração deve ser pensado no interior do modelo da mais-valia, pois ela decorre do seguinte: *“o tempo de trabalho incorporado na força de trabalho é menor do que o tempo de trabalho que a força de trabalho é capaz de despendar no processo de produção”*⁷. Assim, a exploração no capitalismo se dá como cisão no interior do processo de produção, cujo campo é, por conseguinte, o dos processos produtivos. Conseqüentemente, os produtores, no próprio ato da produção e em cada momento desse ato, reproduzem a própria submissão, “produto inerte do seu próprio produto” na formulação emblemática de Jean Hyppolite.

Dessa relação social – entendida como movimento de tensão entre dois pólos que definem as classes sociais – os capitalistas não adquirem apenas o produto do trabalho, mas fundamentalmente o direito ao uso da força de trabalho. Isso implica que os capitalistas não só organizam esse uso, mas também organizam e administram o processo produtivo. Dessa feita, reforçemos: as classes trabalhadoras, num extremo, despossuídas da possibilidade de se organizarem, de se formarem e de se reproduzirem independentemente e, em outro, despossuídas do controle do produto que criaram, encontram-se desprovidas, também, de qualquer possibilidade de organizar o processo de produção. *“São os trabalhadores quem executa os raciocínios e os gestos necessários à produção, mas a todo o momento os capitalistas lhes retiram o controle sobre essa ação, integrando-a no processo produtivo em geral e subordinando-a aos seus requisitos”*.⁸ É dessa impossibilidade de controlar o processo de trabalho que resulta o problema central da mais-valia.

⁷ Bernardo, João. Economia dos Conflitos Sociais. São Paulo: Cortez, 1991.

⁸ Bernardo, João. Op. Cit.

Assumindo esse ponto de vista, a análise da educação deve ser feita no interior das condições gerais de produção, aliás constitui mesmo uma dessas condições. Referimo-nos, sobremaneira, às condições gerais da produção e da reprodução da força de trabalho, condições essas decisivas para que existam trabalhadores. Nesse sentido a produção e a formação da força de trabalho no sistema capitalista devem ser consideradas no mesmo nível da produção de qualquer bem ou serviço. E sendo inseridas no âmbito da mais-valia, são regidas pela lei do valor. Essa formação assume, portanto, no capitalismo não só uma determinada direção ou um certo sentido, mas também depende determinada quantidade de tempo e, por conseguinte, adquire uma determinada qualificação.

Num primeiro estágio de desenvolvimento do capitalismo, podemos observar que a educação tinha por objetivo antes contribuir para a submissão da força de trabalho do que proporcionar quaisquer aptidões específicas. Foi a época em que Adam Smith observara que os trabalhadores aprendiam a trabalhar com a própria prática e, por isso, a instrução poderia ser fornecida em doses homeopáticas. Já na época do taylorismo-fordismo, era suficiente saber ler, escrever e contar. Hoje, por outro lado, avulta-se a importância da formação genérica dos jovens trabalhadores para que ela sirva de base para as formações específicas e, além disso, facilitar-lhes a mobilidade interprofissional. Acrescente-se, ainda, a necessidade de maior flexibilidade mental, maior capacidade de expressão e de tomar iniciativas, bem como trabalhar em equipe. Eis os requisitos necessários à organização do processo de trabalho em sistemas flexíveis. Com efeito, a educação básica é o suficiente.

Ademais, à base permanente da educação do trabalhador, - levá-lo a habituar-se à obediência e às formas coletivas de disciplina, - devem-se acrescer, fundamentalmente, novas formas de relacionamento social exigidas pelos trabalhos em grupo ou em equipes que lhes proporcionem qualidades como responsabilidade e iniciativa. Ora, nessas circunstâncias, necessariamente, obtêm-se, como resultado, novas formas de controle. Extraímos daí uma conclusão: antes preponderava a exploração do componente manual do trabalhador; agora, a preponderância está na exploração do componente intelectual uma vez que a produtividade repousa, cada vez mais, em trabalhos complexos.

Assim sendo, cabe às instituições encarregadas da formação do trabalhador prepará-los, considerando-se as características fundamentais da produção bem como os requisitos exigidos pelo mercado capitalista. Desse

modo, diremos: o sistema educacional, no capitalismo, adquire uma forma organizacional capitalista. Conseqüentemente, no interior das instituições de ensino, observar-se-ão as mesmas cisões encontradas no processo de produção capitalista. Daí a cisão entre os trabalhadores encarregados da produção das novas gerações de trabalhadores e a organização do processo de trabalho docente e entre os instrumentos de trabalho. Tal cisão deve ser analisada considerando-se que as formas organizacionais e as tecnologias não são neutras, não podem ser desvinculadas das relações sociais, ao contrário, as tecnologias são materializações de relações sociais. Na verdade, o que há são dois campos de determinação: o primeiro, relativo às relações sociais existentes entre as classes sociais constitutivas desse modo de produção determinando o tipo de tecnologia a ser empregado; o segundo, relativo ao tipo de tecnologia determinando a forma do trabalho a ser desenvolvido. Definindo-se a técnica, definem-se, também, as condições de sua utilização. A função precípua da tecnologia é servir de meio de produção de mais-valia, lembra-nos Marx.

A propósito, ressaltemos: a tecnologia capitalista, desde o nascimento, já traz consigo um pecado original – carrega em sua alma a marca das relações sociais capitalistas. Não discutamos, pois, o bom ou o mau uso dessa tecnologia, mas a sua própria natureza, a sua própria lógica e finalidade que, diária e cotidianamente, submete ao seu domínio os elementos humanos da produção. E a produção-reprodução dos meios de trabalho no dia-a-dia dos processos de trabalho é condição fundamental para reproduzirem-se as relações sociais de produção. Nessa perspectiva a tecnologia capitalista é, a um só tempo, técnica de produção e de dominação.

Nesse quadro condicionante é que se insere, hoje, o sistema escolar. Assim sendo, paulatinamente, a escola vem se preparando para formar os trabalhadores dos tempos atuais. Nesse sentido, ela tem procurado se reordenar, adotando formas organizacionais mais flexíveis e exigido participação e responsabilidade de todos. Dos professores exige-se, além do domínio de ferramentas do mundo informatizado, nova qualificação pedagógica. Ademais, agora, é necessário que eles levem em consideração a realidade do educando. E são tantos os conceitos de realidade e de educandos! Que vejam o aluno como sujeito, como ator reflexivo. Para isso devem permitir que ele fale, dê opiniões, participe, tenha iniciativas, aprenda a trabalhar em equipe, saiba enfrentar problemas e, saiba ainda,

sugerir formas de solucioná-los. Afinal, são esses os requisitos básicos às novas exigências impostas pelo capitalismo atual e cabe à escola supri-los.

Em última análise, cabe à escola nova missão: como explorar o componente intelectual do trabalhador? Como estimular a criatividade, a responsabilidade e a capacidade de tomar iniciativas? Como poderão ser usadas as técnicas kaisen e outras?

Nesse contexto, não será a tecnologia capitalista, pela sua própria natureza, a base para a formação intelectual dos trabalhadores. Como se vê, a questão não é simples. De um lado, o sistema escolar deve ampliar a sua área de atuação: não pode ficar restrito aos conteúdos, deve ampliar o seu escopo para atender a outros tipos de competências, de habilidades, de disposições e de relacionamento social próprios aos trabalhadores atuais e às exigências do urbanismo. De outro, deverá contribuir ainda com a formação das classes capitalistas, e, em especial, com a classe dos gestores, cujas funções são ampliadas com o desenvolvimento do capitalismo. E não é outro o cenário dos tempos atuais: vertiginosos índices de crescimento dos processos de concentração e de centralização assumem proporções verdadeiramente impressionantes; o processo de produção torna-se mais complexo e se internacionaliza; a propriedade se dispersa e pulveriza-se nas sociedades por ações; acerba-se a divisão entre o trabalho manual e intelectual; as estruturas de poder se transformam. Daí, em consequência disso, a gestão do processo produtivo e econômico torna-se autônoma. Esta função, que pressupõe atividades de coordenação e integração, é preenchida pela classe dos gestores. São eles, agora, os responsáveis pela organização da força de trabalho, do mercado de trabalho bem como da organização material dos processos produtivos e dos processos econômico, político, social e educacional em geral. São eles que detêm o conhecimento necessário a este mister.

Desse modo, a forma de conhecimento que se desenvolve com o incremento tecnológico nada tem a ver com os trabalhadores; integra-se, isto sim, no desenvolvimento da camada dos gestores, cuja função é a de conceber e conhecer todas as fases do processo de produção. Aliás, única classe social cuja evolução de conhecimentos decorre da evolução da tecnologia capitalista. Não perceber a existência dessa classe, hoje, significa ignorar que, no capitalismo, o conhecimento não é passível de ser distribuído de forma homogênea para todas as classes.

Ora, no capitalismo, o conhecimento possui valor econômico e estratégico. Ele próprio se transforma em mercadoria e até existem formas

de produção de conhecimentos nas quais se procura obter economia de escala em pesquisas. Daí o conhecimento passa a ser produzido de forma semelhante a qualquer outro processo de produção de mercadorias. São exemplos disso: Tsukuba, Hsinchu, Silicon Valley, Taeduck Science City etc.

Sendo assim, a questão dos objetivos do sistema escolar passa ser bastante complexa. Não há lugar, atualmente, para análise da escola, baseando-se nos ensinamentos de Boudelot e Establet, ou seja, na existência de duas redes. A rede secundária-superior destinada à formação da burguesia e a rede primária-profissional voltada para o proletariado.⁹ Hoje, observamos que o sistema escolar, cujo discurso ainda pesa, uma certa aparência unitária e unificadora, mostra-se fundamentalmente diferenciado e diversificado. Ver-se-á, então, um modelo sistêmico composto de vários subsistemas onde se localizam as diferentes classes sociais, com diferentes pontos de interligação, mas fundamentalmente heterogêneo. Aqui as condições materiais, instrumentais, de métodos e de conteúdos devem variar de acordo com os subsistemas.

Decorre daí, no nosso ponto de vista, que a análise do acesso ao conhecimento a ser propiciado pelo sistema escolar deva ser conduzida a partir de quatro patamares diferenciados e hierarquizados entre si e, também, hierarquizados no interior de cada um deles.

Com efeito, deveríamos estabelecer os patamares referentes:

1) aos conhecimentos com valores estratégicos, tanto militares como empresariais e de grande valor econômico, portanto acessíveis somente às camadas mais altas das classes dos gestores;

2) aos conhecimentos extremamente dispendiosos, somente acessíveis àqueles que têm recursos financeiros suficientes para adquiri-los;

3) aos conhecimentos materializados em conteúdos programáticos destinados à classe dos gestores pelas escolas conhecidas e reconhecidas como de qualidade superior;

4) aos conhecimentos materializados em conteúdos programáticos apresentados por escolas conceituadamente destinadas às classes dos trabalhadores e reconhecidas pela qualidade de ensino média ou inferior.

Acreditamos, em decorrência dessa análise, que a produção do conhecimento, a forma de produzi-lo, sua forma de divulgação ou não, sua forma de distribuição e de possível utilização dependem de quem tem

⁹ Boudelot, C. et Establet, R. . *L'école Capitaliste en France*. Paris: François Maspero, 1976.

controle sobre ele - as empresas. E, como consequência, a ciência é hoje uma força produtiva a serviço do capital.

Como corolário, temos sistemas de ensino diferenciados e hierarquizados. Aliás, diferentemente das antigas Leis de Diretrizes e Bases da Educação, que pugnavam por um sistema único ou homogêneo de ensino, a atual Lei de Diretrizes e Bases caminha em sentido inverso. Expressão da atual forma assumida pelo capitalismo, agora, a Lei reconhece, valoriza, e incentiva as diferenças. A questão central passa a ser, então, as formas de avaliar as unidades integrantes dos sistemas de ensino. Assim, através de avaliação externa, e de testes padronizados, poderão ser hierarquizadas as diferentes unidades de ensino e, dessa forma, estabelecidas as análises comparativas entre elas no intuito de determinar a sua eficiência e produtividade. Além disso, tal categorização permitirá, ainda, estabelecer salários de professores, critérios para a alocação de recursos materiais e financeiros e incentivo para a concorrência entre as unidades do sistema. Consubstancia-se, assim, a penetração das formas capitalistas de se produzir e de se organizar no âmbito da educação.

Creemos serem essas as determinações que fundamentam a análise das relações entre trabalho e educação, examinadas no contexto do atual capitalismo em que vivemos, e lhes dão sentido e significado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERNARDO, João. *Economia dos Conflitos Sociais*. São Paulo: Cortez, 1991
- BOUDELLOT, C. et Establet, R. . *L'école Capitaliste en France*. Paris: François Maspero, 1976
- ENGELS, F. Prefácio Livro Segundo de O Capital Abril SA Cultural, São Paulo, 1984, pg 15.
- KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, 6 ed.
- SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente as novas tecnologias. In: *Tecnologias, Trabalho e educação*. Ferretti, Celso. (Org). Petropolis, RJ: Vozes, 1994.